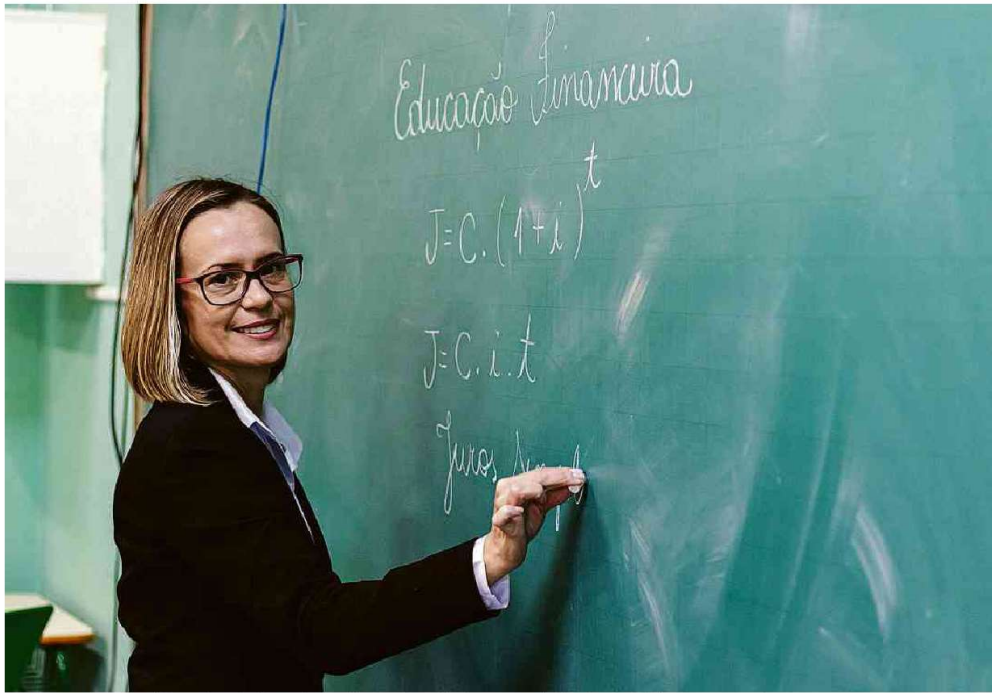


cotidiano



A professora de matemática e educação financeira Marília Pereira Machado, 44, em sala de aula em Curitiba. Lucas Fermin/Seed-PR

Justiça de SP barra escola cívico-militar de Bolsonaro na rede estadual

Isabela Palhares

SÃO PAULO Um juiz do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) determinou a suspensão da implantação do programa do governo Jair Bolsonaro (PL) de escolas cívico-militares na rede de ensino paulista.

Em sua decisão, o magistrado José Eduardo Cordeiro Rocha disse que o Pecim (Programa Escola Cívico-Militar) tem "caráter nitidamente ideológico" e "conflita com os princípios constitucionais que regem o ensino, lastreado na liberdade de aprender e ensinar".

A decisão, em caráter liminar, atendeu a um pedido da Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo) e suspende "quaisquer atos administrativos que possam ser praticados visando a adesão ao Pecim na Escola Estadual Professora Noêmia Bueno do Valle".

A instituição, de São José do Rio Preto (a 415 km da capital), foi inscrita no programa em setembro de 2019.

O programa de escolas cívico-militares foi uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro na educação.

Diferentemente das escolas puramente militares, totalmente geridas pelo Exército, nesse desenho as secretarias de Educação continuam com a responsabilidade do currículo, mas estudantes precisam usar fardas e seguir as regras definidas por militares.

A adesão ao programa em São Paulo foi feita quando João Dória (PSDB) era governador. A decisão liminar se refere apenas à escola de São José do Rio Preto, mas abre precedente para barrar a adesão de outras unidades estaduais ao modelo.

O juiz justificou a decisão afirmando que a adesão ao programa, por intermédio de "lei meramente autorizativa, que possui vício de iniciativa, não tem respaldo constitucional".

O magistrado também destacou na decisão que a consulta feita ao conselho da escola para adesão ao Pecim foi irregular por ter participação de alunos menores de idade, além de ter sido ilegal por não haverem nenhum parecer ou resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) ou CEE (conselho estadual) que dê respaldo ao modelo.

Procurado, o Ministério da Educação não se manifestou até a conclusão desta edição. Já a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo disse que recebeu e está analisando tecnicamente a decisão do tribunal.

Estudantes vão aprender a fiscalizar políticos e acompanhar ações públicas

Educação financeira é disciplina curricular no Paraná; conteúdo será criado pelo Tribunal de Contas

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Seiscentos mil estudantes da rede estadual de ensino do Paraná vão começar a aprender qual é o destino do dinheiro arrecadado com impostos, o que fazem os parlamentares e como cobrá-los para avanços sociais. Eles também irão aprender sobre fiscalização dos recursos públicos e, ainda, formas de acompanhar a elaboração de políticas públicas.

Promover a educação financeira e fiscal para desenvolver um comportamento vigilante e consistente nos cidadãos é o objetivo do programa Jovem no Controle, lançado no início deste mês por uma parceria entre o TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná) e a Seed (Secretaria de Estado da Educação e do Esporte).

Todo esse conhecimento será aprimorado em aulas virtuais e replicado por cerca de 8.000 professores da rede estadual para turmas que vão do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, em aulas de matemática e educação financeira.

A disciplina é obrigatória na grade curricular do ensino médio paranaense desde 2021. A partir de 2022, os alunos do 6º e 7º anos do ensino fundamental na modalidade

integral passaram a ter uma aula de educação financeira por semana, enquanto os alunos do 8º e 9º anos têm duas aulas semanais.

Professora dessas duas disciplinas no ensino médio, Marília Pereira Machado, 44, afirma que está animada em ampliar seus conhecimentos em temas como fiscalização do poder público.

"Tenho noção do assunto, mas a verdade é que ficamos acomodados e, sinceramente, não sei como aplicar esses conceitos na prática. Essas aulas dão uma nova perspectiva, vão instigar a mim e aos alunos. Para fiscalizar, precisamos saber como funciona o sistema", diz a docente.

As aulas virtuais, bem como os vídeos e o material de estudo, estão sendo desenvolvidos por cerca de 15 servidores públicos do quadro da Corte de contas. A ideia é que o conteúdo tenha linguagem informal, ao estilo dos youtubers.

"Pensamos em desenvolver um material atrativo para despertar a curiosidade dos jovens e trazê-los para perto com essa comunicação mais coloquial. Desejamos prepará-los para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos para tornar efetivo o controle social", afirma Edilson Gonçalves Liberal, diretor da Escola de Gestão Pública do TCE-PR.

Controle social, afirma o diretor, é a participação da so-

cidade na fiscalização das contas públicas e na formulação de políticas coletivas, em uma espécie de parceria com os órgãos de controle e com a educação.

Por essa razão, o intuito do programa, segundo ele, não é apenas transformar os alunos em fiscais do futuro. "Queremos despertar neles uma consciência de cidadania para que saibam o que acontece com os impostos, como são revertidos em serviços e como isso os afeta em seu dia a dia", diz Liberal.

O conteúdo criado pelos funcionários públicos do TCE-PR inclui aulas sobre orçamento, gastos com saúde e educação, restrições para as despesas públicas, o que é necessário para a transparência e onde encontrar dados de interesse.

"Cada pessoa poderá fiscalizar o seu município. Isso é maturidade democrática. Apostamos nos jovens para serem multiplicadores de conhecimento", acrescenta.

Os vídeos das aulas serão curtos e vão abordar temas como tributos, leis, Constituição, controle, corrupção e ética. Também serão disponibilizadas sugestões didáticas para trabalhar noções de orçamento nas áreas de educação e saúde e temas como controle social e transparência, entre outros.

O material também será re-

plicado pelos professores em aulas de cidadania e civismo para os cerca de 100 mil alunos dos 200 colégios cívico-militares existentes no Paraná, de acordo com Renato Feder, secretário de estado da Sed. Eles fazem parte dos 600 mil estudantes contemplados pelo programa.

"Nossa intenção é que esse curso em parceria com o TCE chegue a todos os alunos da nossa rede, ou seja, 1 milhão de jovens", diz o secretário sobre os próximos planos.

Feder afirma que muitos cidadãos não sabem como cobrar os políticos e que isso pode gerar um conformismo na sociedade, algo que ele classifica como perigoso.

"O papel do jovem é se empoderar. Quando ele entende como o Estado funciona, vira um agente social ativo. Aprender que nada é de graça. Quando ele compra feijão, tem imposto embutido ali e que esse dinheiro pode ter um mau uso se não for fiscalizado", diz.

A professora Marília Pereira Machado, que ministra aulas para o ensino médio, afirma que apesar de seus alunos não terem vivido uma situação de inflação crescente, como anos 1980, eles estão ligados em temas como o aumento dos preços da gasolina e dos alimentos.

"Eles se interessaram, mas sem profundidade. Muitos não sabem que é com o dinheiro dos impostos da cidade, por exemplo, que são pagos os salários dos médicos ou enfermeiros do posto de saúde que eles e seus parentes usam. Com o curso, poderemos falar dessas questões cotidianas. As discussões vão ficar mais enriquecidas", diz a professora.

“ Pensamos em desenvolver um material atrativo para despertar a curiosidade dos jovens. Desejamos prepará-los para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e tornar efetivo o controle social

Edilson Gonçalves Liberal
Diretor da Escola de Gestão Pública do TCE-PR

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Jornalista e cronista, sabia contar boas histórias

DAVID COIMBRA (1962-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Por onde passou, David Coimbra sempre deixou como lembrança as boas histórias e a capacidade para agregar pessoas. Ele viveu a vida de forma intensa e alegre. Gostava de co-

mer e beber —chope não podia faltar— e da companhia dos amigos.

Conhecido pelo humor inteligente, David não se levava muito a sério e não perdia tempo com coisas sem importância, segundo a arquiteta Márcia Câmara, 53, sua

mulher. Gácho de Porto Alegre, ele cresceu no bairro Iapi, cenário de parte de suas crônicas —ao longo da carreira, foi jornalista, radialista e escritor.

Formado pela PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio Grande do Sul, David foi assessor de imprensa da livraria e editora Sulina, e depois migrou para as Redações. Como repórter ou editor passou por Correio do Povo, Diário Catarinense, Jornal da Manhã, JornalNH e Jornal de

Santa Catarina, além das rádios Eldorado e Guaíba e pela RCE TV.

Na década de 1990, assumiu a editoria de esportes do jornal Zero Hora, no qual manteve uma coluna diária até morrer.

David deixou 22 livros publicados, incluindo romances e coletâneas de crônicas. No último, "Hoje eu Venci o Câncer" (2018), contou seu tratamento contra um câncer no rim que descobriu em 2013.

Um ano após ter descoberto

a doença, ele seu mudou com a família para Boston (EUA) para participar de um tratamento experimental.

David morreu dia 27 de maio, aos 60 anos, em decorrência das complicações do câncer renal. Ele estava internado no Hospital Moínhos de

Vento, em Porto Alegre, desde o último dia 22.

Dias antes, escreveu uma crônica para falar sobre seu tratamento. O texto "Quando quis Morrer" foi publicado pelo Zero Hora no dia 16.

David deixa a mulher, Márcia, e o filho, Bernardo.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.